JUVENTUDES, PROTESTOS E AÇÃO COLETIVA: UMA ANÁLISE DOS EVENTOS DE PROTESTOS RECENTES NO BRASIL

JUVENTUD, PROTESTAS Y ACCIÓN COLECTIVA: UN ANÁLISIS DE EVENTOS DE PROTESTA EN BRASIL

YOUTH, PROTESTS AND COLLECTIVE ACTION: AN PROTEST EVENT ANALISYS IN BRAZIL

Marcos Aurélio Freire da Silva JÚNIOR*

Joana Tereza Vaz de MOURA**

Pedro Henrique Correia do Nascimento de OLIVEIRA***

RESUMO: O presente artigo visa contribuir com os estudos acerca da ação coletiva, juventudes e movimentos sociais, analisando os protestos e mobilizações empregadas pelas juventudes organizadas em movimentos, organizações, partidos políticos, mas também as ações realizadas pelas juventudes não inseridas nesses grupos. Para isso, utilizamos a metodologia de Análise de Evento de Protesto (AEP) a fim de compreendermos as táticas utilizadas, as principais demandas desses protestos, as organizações e movimentos presentes e onde esses protestos mais se concentram. Utilizamos um banco de dados construído a partir de notícias veiculadas na mídia sobre as manifestações e protestos das juventudes entre janeiro de 2022 e janeiro de 2024. Observamos que a região sudeste foi onde mais teve registros de

Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista CNPq. Pesquisador do INCT - Participa. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5553-6625. Contato: marcosfreire@ufrrj.br.

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IPP/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN). Pesquisadora do INCT- Participa e da Rede DATALUTA. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9561-1063. Contato: joanatereza@gmail.com.

[&]quot;Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4661-2155. Contato: pedrohcorreiano@gmail.com

protestos das juventudes, sendo, em sua maioria, protestos envolvendo o tema da educação. Destacamos ainda que as demandas se relacionam às políticas específicas, portanto, tendo o Estado como o principal ator reivindicado.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Protestos. Movimentos sociais. Ação coletiva.

RESUMEN: Este artículo pretende contribuir a los estudios sobre acción colectiva, a los jóvenes y movimientos sociales, tomando como fuente de análisis las protestas y movilizaciones llevadas a cabo por jóvenes organizados en movimientos, organizaciones y partidos políticos, como también, las acciones realizadas por jóvenes que no forman parte de estos grupos. Para ello, utilizamos la metodología Análisis de Eventos de Protesta (PEA) para conocer las tácticas utilizadas, las principales reivindicaciones de estas protestas, las organizaciones y movimientos presentes y dónde se concentran más estas protestas. Utilizamos una base de datos construida a partir de informes de los medios de comunicación sobre manifestaciones y protestas juveniles entre enero de 2022 y enero de 2024. Observamos que el sudeste fue la región con mayor número de protestas juveniles, la mayoría de ellas relacionadas con la educación. También, destacamos que las reivindicaciones se refieren a políticas específicas, con el Estado como principal actor.

PALABRAS CLAVE: Juventud Protestas Movimientos Sociales Acción colectiva

ABSTRACT: This article aims to contribute to studies on collective action, youth and social movements, by analyzing the protests and mobilizations employed by youth organized in movements, organizations, political parties, but also the actions carried out by youth not included in these groups. To do this, we used the Protest Event Analysis (PEA) methodology to understand the tactics used, the main demands of these protests, the organizations and movements present and where these protests are most concentrated. We used a database built from media reports on youth demonstrations and protests between January 2022 and January 2024. We found that the southeast was the region with the highest number of youth protests, most of them involving education. We also highlight that the demands are related to specific policies, with the state as the main actor.

KEYWORDS: Youth. Protests. Social movements. Collective action.

Introdução

A partir das mudanças sociais e políticas vivenciadas pela sociedade brasileira nos últimos anos e considerando o surgimento de novas pautas no campo político, as juventudes têm tido um protagonismo nas mobilizações contestatórias em diversas pautas, incluindo questão ambiental, trabalho, educação, direitos humanos e outras. As várias dimensões da ação política das juventudes engajadas em movimentos sociais e organizações se constituem como um vasto campo de análise para compreender como os jovens têm se colocado diante das pautas mais emergentes na sociedade.

No Brasil, a juventude enquanto categoria social ganhou relevância no período de repressão do regime militar por encabeçar mobilizações e resistências à ditadura que ficaram nacionalmente conhecidas. É nesse período que o movimento estudantil se constituiu como grande aglutinador dessas mobilizações, diversificando as pautas para além das questões envolvendo a educação. Com o processo de redemocratização nos anos 80, a categoria continuou as mobilizações e houve, nos anos 90, um aumento significativo de jovens inseridos em sindicatos, associações, movimentos sociais e demais grupos organizados. Mische (1997) denominou esse fenômeno de "militância múltipla", entendida como a participação simultânea de jovens do movimento estudantil em mais de uma organização, constituindo redes pessoais e organizacionais que moldaram a cultura política juvenil no Brasil.

Ao mesmo tempo em que ocorreu uma chegada visível da juventude nas instituições formais da política no executivo nos anos 2000 (secretarias nacionais, ministérios, conselhos etc.) (Moura; Silva Júnior, Silva, 2021), houve também um protagonismo da juventude nos movimentos sociais, impulsionando as ações coletivas que tinham como objetivo central a demanda por políticas públicas específicas para o jovem. Seja através dos protestos de rua, das ocupações estudantis ou da inserção dos movimentos no aparato estatal, os movimentos sociais de juventude passaram a diversificar seu repertório baseando-se nas transformações sociais, políticas e conjunturais dos últimos anos. Esse fator se relaciona com a ideia de militância multiposicionada (Marques, 2023), entendida como uma reflexividade das ações dos ativistas sobre o funcionamento das instituições a partir de uma visão relacional, ou seja, a possibilidade de os indivíduos se posicionarem em espaços institucionais a partir de contextos e condições estruturais e temporais que possibilitem certa agência.

Ao discutir sobre a ideia da participação no Brasil, Gohn (2019) chama atenção para como a participação tem se materializado em distintos momentos no país e destaca o ativismo jovem nas manifestações de junho de 2013. Aqueles protestos parecem ter ressignificado a participação dos jovens no cenário político do país, ampliando ainda mais a visibilidade da pauta juvenil, além de terem fortalecido

as táticas de ação direta e protestos de rua. Além disso, a difusão territorial e geracional das redes sociais parece ser um fator impulsionador nas novas mobilizações (Gerbaudo, 2021), seja na convocação de protestos ou no reordenamento das táticas utilizadas, possibilitando campanhas e protestos para além dos tradicionais atos de rua.

A onda de protestos realizados pela juventude no início dos anos 2010, a nível global, tem relação com as lutas geracionais em torno da autonomia econômica, social e política (Honwana, 2014). Ainda de acordo com Honwana (2014), os protestos liderados pelos jovens também têm a ver com a marginalização política que a categoria enfrenta, fazendo com que a juventude abandone atos e protestos sociais e políticos individuais e isolados e passe a colocar esforços em ações coletivas de protesto.

Analisando os ciclos de protestos no Brasil, Tatagiba (2014, p. 39) afirma que os protestos de junho de 2013, Diretas Já e Fora Collor, compostos majoritariamente por jovens, revelaram "uma nova configuração entre política institucional e contestatória forjada, por sua vez, no rastro de profundas mudanças nos padrões de interação entre movimentos sociais, Estado e partidos ao longo desses últimos 30 anos". Ou seja, para Tatagiba (2014), esses protestos contestatórios que ocorreram no Brasil, e suas formas, estão relacionados aos contextos políticos que moldaram a relação dos movimentos com o Estado e com os partidos, apesar de não estarem no mesmo curso de acontecimentos históricos e nem nos mesmos processos de formação.

Os protestos representam a linguagem predominante da participação popular no século 21 e nos últimos quatro anos, principalmente, foi notável uma crescente onda de "protestos massivos". Essa explosão de protestos em massa foi percebida em diversos países e se tornou o novo normal da participação política (Alvarez, 2022). Mesmo com o período pandêmico e as restrições sociais impostas, o protesto se manteve vivo no campo político, vide os grandes protestos contra a violência policial que se iniciaram nos Estados Unidos da América e desdobraram-se em diversos países, ainda em 2020. O protesto de rua (marcha, passeata, ato) não apenas se manteve durante o contexto de crise sanitária, como perdurou e continua sendo a principal aposta das mobilizações dos movimentos sociais (Alvarez, 2022).

Nesse sentido, a proposta deste artigo é apresentar o panorama dos protestos recentes de juventude no Brasil, bem como ilustrar as táticas e estratégias dessas mobilizações, as principais organizações e movimentos que as têm pautado, as principais demandas e demandados, além de observar, de maneira secundária, a espacialização desses protestos. Na tentativa de contribuir com a agenda de pesquisa que investiga ação coletiva, protestos e juventude no Brasil, nos ancoramos metodologicamente na Análise de Eventos de Protesto (AEP), uma metodologia

quantitativa que busca mapear de maneira sistemática os eventos de protesto com um recorte espacial e temporal e que leva em consideração as mudanças no contexto político que influenciam os padrões de protesto. Apresentaremos de maneira introdutória nosso banco de dados em construção. Para isso, analisamos dois anos de protestos que totalizaram 121 eventos, ocorridos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2024.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, detalharemos os caminhos metodológicos da pesquisa, na segunda, introduziremos o referencial teórico que trata dos estudos sobre protestos e ação coletiva, e na terceira, traremos os achados da pesquisa em diálogo com a literatura atual.

Procedimentos metodológicos

O artigo analisa os protestos realizados pelas juventudes brasileiras, organizadas em movimentos sociais ou não. Para dar conta desse objetivo, utilizamos como metodologia a Análise de Eventos de Protesto (AEP). A AEP é um método que permite aos pesquisadores mapear de forma sistemática, no recorte espaço-tempo, a ocorrência de protestos, possibilitando a compreensão das dinâmicas mais amplas das ações coletivas. Desenvolvida no seio da abordagem do Confronto Político (Mcadam; Tarrow; Tilly, 2009), a metodologia de AEP teve início nos anos de 1960, sendo desenvolvida em quatro gerações de estudos que aperfeiçoaram teórica e empiricamente o método (Hutter, 2014).

Para Hutter (2014), a AEP é um tipo quantitativo de análise de conteúdo que transforma palavras em números e foi concebida no bojo da teoria do processo político. A AEP permite mapear as ocorrências e as características dos protestos, levando em consideração a questão geográfica (do nível local ao multinacional), as demandas e os movimentos, além do fator temporal (Hutter, 2014).

No Brasil, um maior número de pesquisas que utilizam essa metodologia surgiu a partir dos anos 2000 (Silva; Araújo; Pereira, 2016). A AEP tem ganhado espaço no campo de estudos de movimentos sociais, pois permite a elaboração de catálogos de eventos de protestos com base em variáveis relacionadas às determinadas pesquisas que a utilizam. Para essa metodologia, um evento de protesto é caracterizado pela participação de duas ou mais pessoas em ações disruptivas, necessita ter uma demanda específica ou um alvo a quem é dirigido o protesto e é contabilizado a partir da sua convocação.

O preenchimento do banco de dados que subsidia este trabalho se deu através de notícias de sites de jornais e revistas captados pela ferramenta Google Alerta, utilizando as seguintes palavras chaves: i) movimentos sociais juventude; ii) protesto

juventude; iii) protesto jovens; iv) mobilização jovens. Essa escolha metodológica, de captar notícias de diversos jornais e sites e não apenas um jornal em específico, se deu a partir da necessidade de superar um dos obstáculos da metodologia empregada, que é a seletividade e tendenciosidade das fontes de um ou alguns meios de comunicação (Hutter, 2014).

Ao ampliar a captação das notícias para uma ampla gama de portais e sites, incluindo jornais locais, a pesquisa busca superar a problemática do viés editorial e regional, apontada também por Tatagiba e Galvão (2019), ao captar notícias produzidas em vários formatos de jornais (grande circulação, jornais regionais/locais, grandes veículos da mídia tradicional, jornais amadores etc.) e em várias localidades no país.

As notícias identificadas estão sistematizadas no banco de dados utilizando as seguintes variáveis: i) manchete (título da notícia), ii) data da ação (covariantes: ano e mês), iii) localidade (covariantes: região, estado e município), iv) tipo de protesto, v) temática, vi) demandantes, vii) demandados, viii) fonte e ix) link de acesso. Atualmente, o banco (ainda em construção) conta com matérias veiculadas desde dezembro de 2021. Essas matérias relacionam-se com as ações promovidas pela juventude organizada de alguma maneira, seja em movimentos sociais ou organizações, ou em mobilizações sem menção de movimentos.

Na variável "demandante" foram identificados os seguintes grupos sociais: movimento juvenil, movimento estudantil, juventude indígena, juventude rural, juventude partidária, juventude ambientalista, movimento sindical, movimento negro, juventude quilombola e juventude palestina. Cabe destacar algumas considerações acerca das categorias dos atores envolvidos nos protestos (demandantes): entendemos por "movimento juvenil" aquelas organizações, movimentos e coletivos de jovens com prévia organicidade ao evento de protesto realizado e que contenham pautas gerais, como por exemplo, o Levante Popular da Juventude. Aqueles eventos de protesto que não tiveram um movimento mediador ou organizador noticiados foram categorizados como "sem presença de movimentos" (SPM).

Na variável "tipo de protesto", as categorias estabelecidas foram: marcha/ato, pichação, bloqueio de vias, acampamento, ocupação, abaixo assinado, protesto verbal, roletaço, ações de solidariedade, protesto visual, campanha on-line, nota de repúdio, vigília e greve/paralisação.

Foram selecionadas apenas notícias que tivessem a juventude como central, seja na convocação do protesto, na organização ou nos atores demandantes. Deixaram de serem captadas as notícias repetidas, notícias de portais e sites pagos e notícias que não possuíam informações detalhadas sobre o evento de protesto. Para o artigo em questão, foram analisados 121 eventos de protesto, compreendendo o período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024.

Ações coletivas e repertórios de confronto

Entendemos a ação coletiva de confronto como sendo o resultado de pessoas comuns que se organizam coletivamente e com seus próprios meios tencionam as instituições políticas (Tarrow, 2009). Ao compreenderem o conflito enquanto principal mediador da ação coletiva, os autores da teoria do confronto político (Mcadam; Tarrow; Tilly, 2009) consideraram as estruturas de oportunidades políticas, mudanças de governo, processos políticos estruturais e atuação de partidos políticos como centrais na ação coletiva de confronto.

Os autores dessa abordagem compreenderam que o repertório da ação coletiva é um dos elementos centrais para se entender as formas e as dinâmicas que envolvem a mobilização. O repertório é um aprendizado social construído através de memórias, relações sociais e significados, mas possuem também caráter histórico, ou seja, é fruto de um resultado político e de um acúmulo do próprio movimento (Mcadam; Tarrow; Tilly, 2009). O repertório, portanto, seria constituído de um número limitado de ações historicamente estabelecidas no campo político.

De acordo com essa teoria, o confronto político é "maior" que movimentos sociais pois tem relação direta com o Estado. De uma maneira geral, os principais autores da TCP entendem que os movimentos sociais são apenas uma forma de ação coletiva, e depositam seus esforços nos estudos acerca do confronto político por entenderem que o confronto é o modo de ação coletiva que provocaria mudanças substanciais no campo político por, através de ações "contenciosas", alterar os sistemas políticos ou influenciar os sistemas de governo/Estado.

A partir da experiência da revolução francesa, Charles Tilly (2006) busca criar uma síntese histórica do confronto político, focando mais nas causas das ações coletivas. Nesse sentido, essa teoria buscou colocar no centro do debate a importância na causalidade das mobilizações, destacando a centralidade dos mecanismos e dos processos como pilares das mobilizações. Os mecanismos são constituídos de: a) mediadores, que são agentes externos como partidos políticos, sindicatos, intelectuais etc.; b) certificação, que garante que a mediação é autêntica, como, por exemplo, os estudos científicos; c) difusão, entendida como a difusão das pautas; e por fim, d) coalizões, que são os agrupamentos de atores, podendo ser institucionais ou não institucionais.

Em relação aos processos, esses seriam a formação de atores agentes, ou seja, a saída da escala individual e a mudança de nível para o coletivo. Os movimentos sociais seriam constituídos de atores que desafiam o sistema político, indivíduos que se agrupam em torno de uma perspectiva desafiante, pois são *outsiders* ao sistema político formal. Para Tatagiba (2014) a abordagem estruturalista dessa teoria requer uma análise minuciosa que considere a relação entre os diversos atores que

compõem o campo da política contenciosa inseridos em contextos permeados de oportunidades e ameaças à ação coletiva.

Teixeira (2018) faz uma análise de duas lentes analíticas para se estudar os movimentos sociais: ação coletiva e ações de reprodução social. A ação coletiva pode ser compreendida como as maneiras pelas quais os movimentos agem de maneira pública a fim de expressar suas reivindicações e alcançar seus objetivos. Exemplos dessas formas de ação coletiva podem ser: marchas, passeatas, greves, participação institucional e outras. Já as ações de reprodução social, para o autor, são as atividades e ações que constroem condições para a realização das ações coletivas e para a própria existência e consolidação dos movimentos sociais no campo político.

Dentro do campo da ação coletiva, Alvarez (2022), por sua vez, entende o protesto não apenas como uma tática ou repertório dos movimentos sociais, como postulou a TCP, e defende a necessidade de uma maior atenção teórica em torno dos protestos e principalmente das particularidades que os permeiam, como, por exemplo as práticas e discursos.

Protesto é, então, muito mais do que um repertório, mais que uma resposta espontânea à crise ou à abertura de oportunidades políticas. O protesto encena poder, interrompe processos, renova a política e o político, e, nas palavras da teórica feminista Barbara Cruikshank, o protesto faz a história – e não só a história faz o protesto. Por tudo isso, acredito que o protesto em si, não subsumido no estudo dos movimentos sociais, certamente merece mais atenção analítica e elaboração teórica do que lhe têm sido concedidas até hoje (Alvarez, 2022, p. 114).

Alvarez (2014) entende o movimento social como processo inserido num campo interseccional diverso e heterogêneo, marcado principalmente pelo conjunto diverso de atores, individuais ou coletivos e chama atenção para as performances e sentimentos, principalmente o de pertencimento, nos movimentos sociais (Alvarez, 2022). Para a autora, o campo discursivo é uma dimensão linguística das performances. Essa dimensão discursiva se conforma em discursos compartilhados e discursos disputados que revelam as assimetrias e relações de poder presentes nos movimentos.

Ao afirmar que as pessoas não são só ideias, são interesses (Latour *et al.*, 2018) Bruno Latour nos instiga a analisar mais o "como e o quê" os movimentos fazem e menos o "porquê". Nesse sentido, pode-se entender o movimento social como produção de efeitos e associações que fornecem a razão, ou o meio, para a existência da mobilização, ou seja, estrutura as pessoas para a luta as inserindo na arena política.

Ao discutirem sobre as táticas e repertórios dos movimentos, Pereira e Silva (2020) afirmam que os ativistas constroem suas identidades a partir das suas trajetórias de vida e do próprio movimento, mas também a partir das táticas utilizadas. Assim, entendemos que as táticas, carregadas de sentidos, emoções e subjetividades, constituem elemento central na organização tática dos movimentos e dos protestos, mas também aglutinam novos e sustentam antigos apoiadores.

Ao analisar os eventos de protesto da juventude africana, Honwana (2014, p. 406) defende a necessidade de as ciências sociais prestarem mais atenção "aos silêncios das lutas diárias dos jovens fora dos canais políticos formais". No caso brasileiro, se torna fundamental também captar os protestos além do fator não institucional, que fogem à regra das conhecidas e consolidadas formas de protestos, como as marchas e passeatas. No nosso banco, por exemplo, categorizamos alguns protestos como "protestos visuais" e "protestos verbais", que não seguiam uma tática muito difundida nas mobilizações, mas que compreendiam ações coletivas de protesto. Analisar essa diversidade de táticas e tipos de protesto ao mesmo tempo em que se faz fundamental, representa um desafio.

Os estudos sobre ação coletiva no Brasil buscaram, a partir de alguns conceitos, analisar esse processo e seus desdobramentos analíticos. O termo "ativismo" não possuía uma presença significativa na literatura até recentemente e está relacionado a uma ação em determinada causa, substituindo o anterior e comumente utilizado termo "militância". O "engajamento militante" pode ser compreendido como toda forma de participação durável em ação coletiva em prol de uma causa. Porém, ativismo, militância e engajamento representam o mesmo fenômeno: a participação na promoção de uma causa (Silva, 2022)¹.

Assim, a militância da juventude traz novas pautas ao debate político contemporâneo e provoca novos olhares sobre as possibilidades de inovações nos repertórios e táticas, especialmente trazendo aspectos culturais e simbólicos em suas performances. Na próxima seção apresentaremos essas mobilizações e suas características.

Os recentes protestos das juventudes no Brasil

Analisando os protestos do nosso banco de dados, para fins deste artigo, catalogamos 121 eventos de protesto no período de janeiro de 2022 a janeiro de 2024. Em 2022 foram registrados 58 protestos, em 2023 59 protestos e no primeiro mês de 2024 captamos 4 protestos. Esses 121 eventos, quando espacializados, nos

¹ Discussão realizada por Marcelo Kunrath Silva na mesa redonda "Ativismos e protestos hoje" no V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, realizada dia 24 de abril de 2022.

ilustram a predominância da região sudeste, totalizando 47 protestos. Em seguida vem a região nordeste, com 19, sul com 16, centro-oeste com 14, e por fim, a região Norte apresentou 10 protestos. Os eventos de protestos que ocorreram em mais de uma cidade e ou/estado foram categorizados como protestos "nacionais" e somaram 15 no referido período.

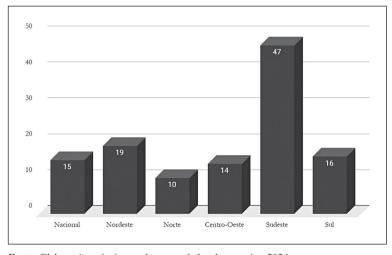


Gráfico 1 – Quantidade de protestos por região

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

Na região sudeste, o estado de São Paulo realizou 24 protestos, Minas Gerais 14, Rio de Janeiro 13 e Espírito Santo 4. Um desses protestos ocorreu em Poços de Caldas-MG em fevereiro de 2022, com o seguinte título da matéria: "Protesto contra o preço da passagem de ônibus acontece nesta terça" (Negrini, 2022), onde a tática empregada foi a marcha/ato.

Já no caso da região nordeste, observou-se a realização de protestos em 8 dos 9 estados, ausentando-se desta lista o estado da Paraíba. O estado que mais promoveu protestos foi a Bahia, com 6, seguido de Ceará com 4, Rio Grande do Norte 3, Piauí 2 e Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Sergipe com 1. Um dos protestos do nordeste teve como manchete: "Estudantes de escola fazem protesto afirmando que jovens foram vítimas de assédio por professores, em Fortaleza" (G1, 2022) e ocorreu em março de 2022 em Fortaleza-CE, através de marcha/ato.

O centro-oeste teve 7 protestos no Distrito Federal, 4 em Mato Grosso do Sul e 3 em no Mato Grosso. Nessa região a predominância de protestos realizados no Distrito Federal, se deve ao fato de ser onde está localizada a capital federal, mas o número de manifestações não é tão acima dos demais estados da região como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em Cuiabá-MT, houve protesto em forma

de ocupação em março de 2023: "Estudantes ocupam guarita na UFMT exigindo recomposição orçamentária" (Pistori; Rafael, 2023).

Na região sul, o Paraná foi o estado com mais protestos: 7, seguido do Rio Grande do Sul com 6 e Santa Catarina, ambos com 4. Um dos protestos teve como tática a pichação em uma praça pública em Jaraguá do Sul-SC, em abril de 2022. Trata-se de uma forma de manifestação bem utilizada pela juventude para demonstrar repúdio à determinada causa ou buscar explicitar pela arte, suas demandas e suas indignações.

No norte, os números foram: Pará 4, Tocantins 2 e Amazonas 2. Em Belém-PA, estudantes utilizaram o bloqueio de vias como tática de protesto a fim de reivindicar a situação da infraestrutura da escola, em maio de 2023: "Protesto em Belém: estudantes de escola pública fecham trecho da avenida Almirante Barroso" (O Liberal, 2023). O bloqueio de vias públicas é uma tática bastante utilizada por diversos movimentos sociais porque possibilita a visibilidade perante a sociedade e poder público. Neste sentido, os movimentos de juventude também se apropriam dessa estratégia para colocar suas demandas.

Atores envolvidos

Nesta subseção analisaremos todos os atores envolvidos nos protestos: os demandantes, os demandados e as organizações/movimentos que mais atuaram nos dois anos de protestos catalogados.

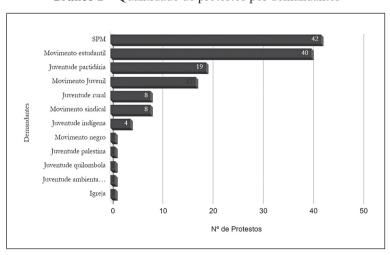


Gráfico 2 – Quantidade de protestos por demandantes

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

O gráfico revela uma novidade: a maioria dos protestos nesse período foi categorizada como SPM. Entretanto, cabe destacar que como trabalhamos com fontes de jornais, a não identificação de um movimento social no texto da matéria não necessariamente significa que não houve um movimento mediador, ainda assim, chama a atenção o alto número de protestos nessa categoria.

Pudemos observar ainda que grande parte desses protestos sem presença de movimentos foi realizada em escolas. Por exemplo, na notícia intitulada "Estudantes de escola fazem protesto afirmando que jovens foram vítimas de assédio por professores, em Fortaleza" (G1, 2022), de acordo com a matéria, não houve presença de movimentos estudantis organizados, apenas a mobilização de estudantes da escola. De maneira geral, esses protestos ocorreram a partir de uma demanda ou pauta específica, como os casos de assédio nas escolas, questões pontuais de infraestrutura e episódios locais, não se estendendo, necessariamente, em outras mobilizações.

Das notícias de protestos que citavam organizações de juventude, o movimento estudantil foi o maior mobilizador com 40 protestos, convocados por grupos minimamente organizados previamente ao protesto, como Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), centros acadêmicos e grêmios estudantis. Em "movimento juvenil" classificamos os 14 protestos que tinham como principais demandantes os grupos e organizações de juventude com pautas abrangentes, como, por exemplo, o Levante Popular da Juventude.

A teoria da ação coletiva imprime o desafio analítico de pensar o ativismo que se constrói por fora do mundo associativo/organizações, mas se coloca com conexão com atores que conformam essas redes de movimento. Nesse sentido, se faz importante considerar também os protestos "espontâneos", realizados, possivelmente, por atores não inseridos nas lógicas de movimentos sociais, partidos e organizações. Na maioria dos casos dos protestos SPM, foram eventos impulsionados pela conjuntura ou questões emergentes e pontuais, como na notícia intitulada "Em protesto, moradores do Residencial Dr. Humberto reivindicam regularização do transporte escolar para os estudantes da rede municipal" (RedeGN, 2023), onde a convocação e os participantes do protesto eram jovens que reivindicavam melhorias no transporte escolar sem organizações mediadoras noticiadas.

Podemos enxergar os movimentos juvenis, marcados pela predominância das pautas em torno da educação e/ou de políticas públicas com o recorte etário, mas com inserção nas mais diversas lutas sociais: território, mobilidade, rural, racial etc., corroborando com a ideia de uma militância multiposicionada (Marques, 2023). Por isso, as redes que os movimentos de juventude teceram durante os últimos anos englobam outras organizações: sindicatos de professores, movimentos urbanos (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Movimento de Luta nos Bairros e outros) e movimentos raciais, como visto no nosso banco de dados, onde, por diversas vezes,

o mesmo protesto foi convocado por algum movimento de juventude em conjunto com algum outro movimento supracitado.

Offe (1996) se dedicou a compreender o objetivo das mobilizações à época, considerando as negociações e as formas de ação coletiva: greves, passeatas etc., trazendo para o debate os diversos espaços onde a política é feita, inclusive os espaços não-institucionais, como os partidos políticos e sindicatos. Nos 19 protestos de "juventude partidária" estão aqueles organizados pelos coletivos ou movimentos ligados aos partidos políticos, como por exemplo: Juventude do PT² e o Juntos (ligado ao PSOL³).

Na tabela abaixo, elencamos todas as organizações que tiveram mais de um protesto contabilizado. A presença massiva de uma diversidade de movimentos (juvenis, partidários, estudantis) com espectro mais à esquerda não é novidade para os protestos da juventude, mas chama atenção a ausência de movimentos que possuem um espectro mais à direita que surgiram e ganharam força nos últimos tempos.

Tabela 1 – Organizações e movimentos presentes nos protestos

Organização	Nº de Protestos	Tipo de movimento
Centro Acadêmico	6	Estudantil
Diretório Central dos Estudantes	13	Estudantil
Friday For Future Brasil	2	Socioambiental
Grêmio Estudantil	2	Estudantil
Juntos	5	Partidário (PSOL)
Levante Popular da Juventude	9	Popular
Movimento Correnteza	3	Partidário (PCR)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	6	Rural
Movimento Luta de Classes	2	Sindical
Movimento Tarifa Zero	2	Mobilidade urbana
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	4	Estudantil
União da Juventude Comunista	5	Partidário (PCB)
União da Juventude Rebelião	7	Partidário (PCR)
União da Juventude Socialista	8	Partidário (PCdoB)
União Nacional dos Estudantes	2	Estudantil
Unidade Popular pelo Socialismo	4	Partidário (UP)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

² Partido dos Trabalhadores.

³ Partido Socialismo e Liberdade.

O gráfico abaixo ilustra os demandados, ou seja, aqueles atores e instituições aos quais os protestos foram direcionados, que apareceram duas ou mais vezes. Outros demandados⁴ foram alvo em apenas um protesto. Separamos "Jair Bolsonaro" da categoria "Executivo Federal" no ano de 2022 naquelas notícias onde o protesto foi direcionado diretamente à figura do ex-presidente. Na categoria "poder público" agrupamos os protestos onde não estava especificado qual o ente federativo a reivindicação se dirigia, como por exemplo na notícia: "Jovens brasileiros convocam para Greve Global pelo Clima".

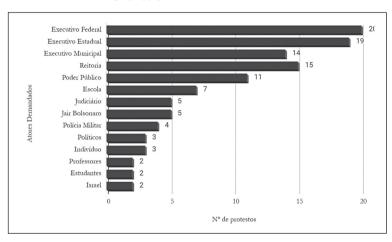


Gráfico 3 – Atores Demandados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

Observa-se que a grande parte dos protestos foi direcionada às gestões executivas federal, estaduais e municipais, incluindo nessas categorias as diversas secretarias estaduais e municipais e os ministérios.

Principais demandas

A ação coletiva nos movimentos sociais pode ser compreendida enquanto processo de construção de pautas, mobilização e repertórios, marcado por tensões, heterogeneidade e disputas, pois as experiências dos indivíduos não são as mesmas. Analisando como os problemas e demandas ganham força no campo político e qual é o papel dos movimentos nesse processo, Cefaï (2009) destaca a questão cultural

⁴ Governo espanhol, Guarda Municipal, órgãos internacionais, professores, estudantes e câmara municipal.

como elemento fundamental da mobilização, entendendo-a como um conjunto de fatores que auxiliam na constituição do movimento e na consolidação das demandas na arena política. É necessário considerar os movimentos enquanto processos e construção da própria demanda, não sendo apenas reflexos dos problemas, são fatores paralelos, ou seja, as questões às quais os movimentos se organizam só existem, ou só se mantêm em disputa, pois existem os movimentos.

Em relação às pautas dos protestos de juventude, Honwana (2014) defende que os jovens estão mais unidos e organizados em prol daquilo que eles não querem do que pelas questões que os aspiram. Desse modo, os jovens enfrentam o desafio de criar ou ampliar os espaços de participação e de socialização que os permitam fazer parte da construção política e de governança. Seguindo essa lógica, nosso estudo captou notícias onde existiam ações de protesto, porém sem um alvo em específico (categorias: poder público, políticos etc.), mas com pautas bastante definidas.

Na tabela abaixo, evidenciamos as principais demandas pelas quais os protestos de juventude ocorreram nos últimos períodos. Outras demandas⁵ apareceram em apenas um protesto.

Temática	Nº de Protestos
Educação	32
Assistência estudantil	20
Mobilidade	17
Conjuntura política	11
Mortalidade juvenil	11
Território	7
Democracia	6
Racismo	5
Trabalho e renda	5
Violência policial	4
Assédio sexual	3
Eleições	3
Esporte e Lazer	3
Mudanças climáticas	3
Segurança	3

⁵ Agrotóxicos, *bullying*, corrupção, cultura, direitos da juventude, exploração de petróleo, descriminalização das drogas, negacionismo e violência nas escolas.

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior, Joana Tereza Vaz de Moura e Pedro Henrique Correia do Nascimento de Oliveira

Temática	Nº de Protestos
Assédio moral	2
Meio ambiente	2
LGBTfobia	2
Reforma agrária	2
Sucessão rural	2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

Scalon (2013) destaca que o catalisador dos protestos que se espalharam pelo Brasil em 2013 foi o aumento da tarifa de transporte urbano e coletivo. A mobilidade urbana, que pode ser compreendida como a ocupação dos espaços da cidade, representou a maioria das reivindicações em 2013, relacionando-se com a realização dos megaeventos (Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol) e seus desdobramentos. No nosso banco, categorizamos os protestos que possuem como fator central a ocupação da cidade, reivindicações em prol do transporte público etc. como "mobilidade".

Apesar do grande protagonismo da mobilidade urbana nos protestos de 2013 e 2014, notamos que a demanda, apesar de ter representação significativa nas mobilizações, perdeu espaço para questões como educação e assistência estudantil. Chama ainda mais atenção o fato de que o tema "corrupção", um dos principais motivos dos protestos da juventude, a nível nacional, entre 2013-2015, só apareceu em 1 protesto, onde estudantes denunciavam um caso de corrupção interna em uma instituição de ensino.

O grande número de protestos envolvendo a educação e assistência estudantil (52), pode ser lido como resultado da insatisfação de estudantes e profissionais da educação frente à política de desmonte, principalmente nas universidades públicas, durante o governo Bolsonaro. Para além dos protestos em 2022, os desdobramentos desses desmontes reverberam em um número significativo de protestos ainda no início do ano de 2023. Foram captados protestos contra os cortes na educação por parte do governo federal em todas as regiões do país.

Táticas utilizadas

Como táticas entendemos aqui os tipos de protestos. Os repertórios de confronto representam um conjunto limitado de táticas utilizadas historicamente, mobilizado nos confrontos atravessado pelas conjunturas e contextos políticos (Tilly, 2006). Corroborando com a já apresentada ideia de Pereira e Silva (2020) acerca

da importância das táticas nos estudos de protestos e movimentos sociais, nesta subseção analisaremos os meios empregados para colocar em prática os protestos captados. No gráfico abaixo apresentamos o quantitativo de cada tática/tipo de protesto.

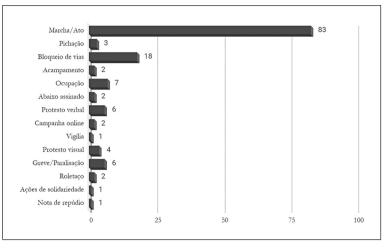


Gráfico 4 – Tipos de protesto

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

A predominância da categoria "marcha/ato" não é novidade, as grandes marchas possuem longo histórico na cena dos protestos no Brasil e no mundo e foram fortalecidas enquanto tática nos protestos de juventude a partir de junho de 2013. Agrupamos nesta mesma categoria: passeatas, caminhadas, atos parados, e protestos que combinaram as duas coisas: início com marcha e finalização com atos parados. Os bloqueios de vias também tiveram presença significativa nos protestos.

Fica evidente que os protestos contemporâneos optaram pela manutenção de antigas táticas ao empregarem as já conhecidas marchas, atos e bloqueios de vias como principais formas de protesto. Entretanto, novas formas de protestos, ou formas não tradicionais, surgiram, mesmo que em menor medida, corroborando com a ideia de modulação de repertório (Tarrow, 2009).

Alvarez (2022) afirma que as performances de protesto ultimamente têm se desdobrado para as redes sociais, imbricando o on-line e o off-line num novo reordenamento não apenas da convocação (virtual) dos protestos, mas de sua continuação nas redes, de maneira virtual, reverberando as pautas e prolongando as mobilizações. Um fator que chamou a atenção foi o papel fundamental das ferramentas digitais (internet, redes sociais etc.) nos protestos catalogados. Para além de alguns tipos de protestos online que captamos (abaixo assinado, campanha on-line, divulgação de

notas de repúdio etc.), o on-line teve papel importante nos protestos off-line, nos três momentos: no início, através de convocações via redes sociais, durante, através do registro de fotos, vídeos, questões organizacionais e transmissões ao vivo, e ao final, na divulgação e difusão do protesto/pauta. Para Simões e Campos (2016), a utilização de mídias digitais tem sido fundamental para divulgar as reivindicações, organizar os protestos e contribuir ainda para o surgimento de novas práticas informais de ação política.

O virtual, nesse sentido, tem a capacidade de expandir o espaço público ao possibilitar um espaço que transcende as instituições formais e cria relações e redes ao difundir informações e construir identificações (Reguillo, 2017). Em relação aos protestos, as estratégias comunicativas nas redes sociais possuem um altíssimo grau de circulação e ajudam a divulgar e estimular protestos, a partir, por exemplo, da circulação de imagens (Reguillo, 2017).

Ao analisarem o papel dos meios digitais nos ciclos de protestos de juventude em Portugal e como os movimentos e ativistas utilizam as redes, Simões e Campos (2016) compreendem que o espaço do protesto não pode deixar de ser pensado como um espaço híbrido, com a internet e as ruas atuando de maneira interligada e por isso se torna impossível pensar as formas de mobilização atuais sem destacar o uso das ferramentas digitais. Perspectivas otimistas tendem a compreender o uso das redes enquanto um potencializador da democracia e emancipador da ação juvenil, enquanto perspectivas críticas tendem a questionar se o uso da internet gera mais participação ou não (Simões; Campos, 2016). Porém, para esses autores, essa polarização deixa escapar o fato de que as tecnologias digitais cumprem os dois papéis, ora criam canais e espaços alternativos de participação, ora produzem discursos depreciativos em relação aos protestos e ação coletiva.

No gráfico a seguir, cruzamos os dados referentes aos demandantes e os principais tipos de protesto:

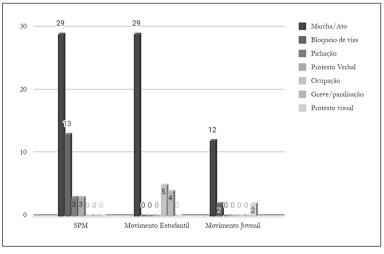


Gráfico 5 – Principais demandantes e tipos de protesto

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2024.

Nos três grupos que mais realizaram protestos, a marcha/ato foi o tipo de protesto mais empregado. Porém, outros chamam atenção: os protestos SPM incluíram bem mais a tática de bloqueio de vias do que qualquer outro grupo; esse tipo de protesto é comumente empregado por mobilizações de moradores e familiares, ou seja, outros grupos que, na sua maioria, também não possuem presença de movimentos organizados. No movimento estudantil, a tática de ocupação aparece em alguns protestos. Por se tratar de movimentos organizados, a experiência que essas organizações possuem possibilita que elas empreguem outros tipos de protesto para além das marchas e atos que requerem certa organicidade, como por exemplo, as ocupações de reitorias, que demandam, minimamente, questões de estrutura e logística.

Na assistência estudantil, a tática de roletaço, relacionada a questões de alimentação nos restaurantes universitários, teve maior presença do que o mais tradicional bloqueio de vias.

No gráfico a seguir, cruzamos os dados referentes aos principais demandantes e as temáticas que eles mais protestam.

Educação Mobilidade Conjuntura política Assistência estudantil Mortalidade juvenil

15

10

SPM Movimento estudantil Movimento Juvenil

Gráfico 6 – Principais demandantes por temáticas

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da pesquisa, 2024.

Os protestos por educação representam a grande maioria, tanto nos jovens organizados em movimento, como o estudantil, como nos jovens que não fazem parte de organizações. Por sua vez, o movimento juvenil tem se dedicado a reivindicar questões como mobilidade, através dos movimentos: Movimento Passe Livre e Levante Popular da Juventude, além de protestarem contra a mortalidade juvenil e a violência policial.

Em relação a quem esses três grupos dirigem seus protestos, o gráfico abaixo mostra que os SPM têm reivindicado suas demandas, principalmente ao executivo estadual, com destaque para as secretarias estaduais de educação, além do executivo municipal e escolas (coordenação, direção e professores). O movimento estudantil, por sua vez, tem protestado principalmente contra o executivo federal, seguido de reitorias e escolas. Os movimentos juvenis mais amplos dedicam suas mobilizações ao poder público de maneira geral, e em específico os governos estaduais e municipais.

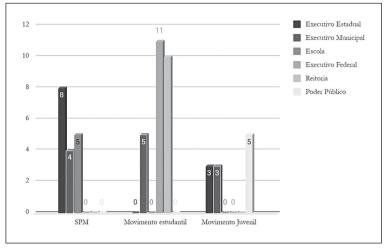


Gráfico 7 – Principais demandantes e principais demandados

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da pesquisa, 2024.

Nesta seção, buscamos apresentar de maneira geral os primeiros dados obtidos pelo nosso banco de dados, de maneira a ilustrar como os jovens, dentro e fora de movimentos, estão empregando seus protestos à medida que captamos as demandas, os demandados, os atores envolvidos, as táticas utilizadas e espacialidade das mobilizações.

Considerações finais

Este artigo teve como propósito apresentar um panorama dos protestos recentes das juventudes no Brasil, bem como ilustrar as táticas e estratégias dessas mobilizações, as principais organizações e movimentos que as têm pautado, as principais demandas e demandados, além de observar, de maneira secundária, a espacialização desses protestos. Nesse sentido, o panorama inicial que apresentamos acerca dos protestos nos revela a heterogeneidade das reivindicações que surgem a partir da mobilização dos jovens. Esses múltiplos atores envolvidos (tipos diversos de movimentos, atores demandantes, atores demandados etc.) mostram que as juventudes têm expandido não só as redes de cooperação, mas também os tipos de lutas sociais que empregam no campo político.

Percebemos que a educação e assistência estudantil possuem centralidade e protagonismo nas mobilizações recentes, resultado da agenda de governo que instituiu um desmonte sistemático na política de assistência estudantil e de investimentos na educação nos últimos anos, nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Por outro lado, o tema da corrupção, que foi bastante acionado nas mobilizações no Brasil e em outros países da América Latina entre 2013 e 2015, despareceu da agenda nos protestos mais recentes. Cabe, portanto, dar continuidade na análise das mobilizações em torno dessas pautas observando a alteração no contexto político brasileiro e seu impacto na manutenção, aumento ou diminuição dessas reivindicações.

Ficou evidente que os jovens estão se mobilizando, ampliando as pautas das reivindicações e mantendo as antigas táticas de protesto, como os atos e marchas. Mas, ao mesmo tempo, também imprimem novos elementos e táticas nos protestos, reformulando e ressignificando antigas formas de protestar.

Um dos ganhos analíticos da pesquisa foi destacar o grande número de protestos realizados por jovens sem organização, ou sem movimentos identificados nas reportagens, sejam eles novos ou tradicionais, contribuindo para pensarmos novas questões na dimensão política da cultura juvenil no Brasil. É sabido que grandes protestos na história do Brasil mobilizaram jovens não-ativistas em pautas da conjuntura política-institucional, mas em protestos menores e mais setorizados, o dado aqui achado pode representar uma tendência para os próximos períodos? Quais os impactos das redes sociais nessa pujança de mobilização em jovens não-ativistas?

Destacamos alguns pontos que valem esforços de investigações futuras: o primeiro deles é considerar o fator conjuntural nos protestos de juventude, ou seja, trabalhar com a ideia de que os jovens se reúnem e se mobilizam mais pelo que não gostam ou não concordam do que por aquilo que os instiga. Outro ponto é a necessidade de colocar outros radares para captar como a juventude de direita está protestando nesse período e como os jornais e sites de notícias denominam esses grupos. Um terceiro ponto é pensar a hibridez dos protestos ao invés de analisá-los apenas como presenciais e on-line, entendendo que a parte digital está cada vez mais intrínseca nas mobilizações, pelo menos em alguma de suas etapas (convocação, organização, realização e publicização). Um quarto e último ponto é considerar e entender como lidamos com a hermenêutica: o que nós, pesquisadores, decidimos investigar, o que os jornais decidem publicar e quem é esse ator social e político denominado "jovem".

Como possibilidade de futuras investigações, a metodologia em questão nos permite ampliar as análises levando em consideração a divisão geográfica dos protestos, o surgimento de novas demandas e atores envolvidos, e em longo prazo, incluir o fator temporal no cruzamento dos dados obtidos. Nosso estudo buscou, portanto, contribuir com a agenda de pesquisa em torno da ação coletiva da juventude enquanto categoria social e da análise de eventos de protesto. Dar continuidade à análise das mobilizações dos jovens por fora dos movimentos e dos partidos políticos representa mais um desafio futuro para a pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos a Marcelo de Souza Marques pela atenta leitura e pelos comentários no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia e aos colegas do Grupo de *Estudios de Políticas y Juventudes do Instituto de Investigaciones Gino Germani* (UBA) pelas contribuições em versão preliminar deste artigo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Protesto: provocações teóricas a partir dos Feminismos. **Polis**: Revista Latinoamericana, Santiago, v. 21, n. 61, p. 98-117, jan. 2022.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13- 56, 2014.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2., n. 4, p. 11-48, 2009.

G1. Professores são afastados após denúncias de assédio em escolas públicas no Ceará. Publicado em 24 de março de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/03/24/professores-sao-afastados-apos-denuncias-de-assedio-em-escolas-publicas-no-ceara.ghtml. Acessado em: 30 set. 2024.

GERBAUDO, Paolo. **Redes e ruas**: mídias sociais e ativismo contemporâneo. São Paulo: Funilaria, 1 ed., 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós junho de 2013. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

HONWANA, Alcinda. Juventude, waithood e protestos sociais em África. *In*: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António (Orgs). **Desafios para Moçambique**, Maputo: IESE, 2014. p. 399-412. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf. Acessado em: 30 set. 2024.

HUTTER, Swen. Protest Event Analysis and Its Offspring. *In*: DELLA PORTA, Donatella (ed.). **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.

LATOUR, Bruno; MILSTEIN, Denise; MARRERO-GUILLAMÓN, Isaac; GIRALT, Irra Rodríguez. Down to earth social movements: an interview with Bruno Latour. **Social Movement Studies**, v. 17, n. 3, p. 353-361, 2018.

MARQUES, Marcelo de Souza. Interações socioestatais: mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal. **Opinião Pública**, v. 29, n. 2, p. 431-468, mai./ago. 2023.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, mai./ago. 1997.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; SILVA, Jenair Alves da. Da invisibilidade à ação no campo político: dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências Nacionais. **O Social em Questão**, n. 51, p. 271-300, set./dez. 2021.

NEGRINI, Mariana. Protesto contra o preço da passagem de ônibus acontece nesta terça. **Poços Já**. Publicado em 14 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://pocosja.com. br/cidade/2022/02/14/protesto-contra-o-preco-da-passagem-de-onibus-acontece-nestaterca/?amp=1. Acessado em: 30 set. 2024.

O LIBERAL. Protesto em Belém: estudantes de escola pública fecham trecho da avenida Almirante Barroso. Publicado em 9 de maio de 2023. Disponível em: https://www.oliberal.com/belem/protesto-em-belem-estudantes-de-escola-publica-fecham-trecho-da-avenida-almirante-barroso-1.678377. Acessado em: 30 set. 2024.

OFFE, Claus. Los nuevos movimientos sociales cuestionan los limites de la política institucional. *In*: OFFE, Claus. **Partidos Políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Editorial Sistema, 1996.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, ago. 2020.

PISTORI, Ana; RAFAEL, Whilber. Estudantes ocupam guarita na UFMT exigindo recomposição orçamentária. **A Verdade**. Publicado em 30 de março de 2023. Disponível em: https://averdade.org.br/2023/03/estudantes-ocupam-guarita-na-ufmt-exigindo-recomposicao-orcamentaria/. Acessado em: 30 set. 2024.

REDEGN. Em protesto, moradores do Residencial Dr. Humberto reivindicam regularização do transporte escolar para os estudantes da rede municipal. Publicado em 3 de maio de 2023. Disponível em: https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=177883. Acessado em: 30 set. 2024.

REGUILLO, Rosana. **Paisajes insurrectos**: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. NED Ediciones, 2017, 208p.

SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 177-204, ju./dez. 2013.

SILVA, Marcelo K. Mesa redonda "Ativismos e protestos hoje" no V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal-RN, realizada dia 24 de abril de 2022 (em formato virtual).

SILVA, Marcelo K.; ARAÚJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. Análise de Eventos de Protestos no estudo de repertórios associativos. *In*: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla M.; LISDERO, Pedro; FACHINETTO, Rochele Fellini (Orgs). **Metodologia em Ciências Sociais hoje**: práticas, abordagens e experiências de investigação, v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 311-330.

SIMÕES, José Alberto; CAMPOS, Ricardo. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comun. Mídia Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 130-150, set./dez. 2016.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis-RJ, Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan./abr. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social**: a experiência da Contag (1963-2015). 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2018.

TILLY, Charles. Regime and Repertoire. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

Submetido em: 30/06/2024

Aprovado em: 26/11/2024